

Línguas dos nossos Brasis

O que queremos, o que podemos com nossa língua

What do we want, what can we do with our language

Caetano Galindo

Resumo: O ensaio apresenta uma discussão da realidade histórica, demográfica e política do uso da língua portuguesa como parte da definição da nacionalidade brasileira, e defende uma posição ativa de pesquisa e divulgação de conhecimento como parte de um movimento de sofisticação e aprofundamento dessas discussões.

Palavras-chave: português brasileiro, nacionalidade, preconceito linguístico

Abstract: The essay presents a historical, demographic and political discussion of the uses of portuguese as a means to define the criteria that establish a Brazilian nationality, it also defends an active posture in research and democratization of knowledge as part of a movement to sophisticate and deepen these discussions.

Keywords: brazilian portuguese, nationality, linguistic prejudice

Não é de hoje que nós sabemos que não é de hoje que o Brasil tem problemas para se definir, para se aceitar. E também não é novidade que esse processo que nos parece longo, que essa estranha trilha da nossa obsessão por compreender uma identidade e depois fazer as pazes com o que quer que ela tenha a nos dizer vem na verdade de.... ontem.

Somos uma nação extremamente jovem. Isso está mais do que entendido. Quinhentos aninhos são um cisco na história das nações africanas, asiáticas e europeias que ajudaram a definir nossos conceitos de tradição, pertencimento, sociedade e identidade. Mas o fato ainda mais atordoante é que nem mesmo esses quinhentos anos podem ser convocados para prestar um testemunho acurado da formação do que quer que possamos chamar de Brasil, de Brasis ou brasileiros.

Para começo de conversa, nosso país se define por fronteiras que, como na imensa maioria dos casos, foram negociadas ao longo dos séculos (nosso mapa se define de verdade apenas em 1867, com o tratado de Ayacucho, que anexa finalmente o Acre ao nosso território), passando por cima de identidades antigas, contínuas e estáveis (como a dos yanomami no norte, ou dos guarani no oeste), e englobando territórios contíguos ou descontínuos que, historicamente, poderiam pertencer a grupos distintos, e mesmo rivais (como os tupi e os kaingang). Esse território, além de tudo, levou muito tempo para ser considerado, mesmo de um ponto de vista estritamente administrativo, como uma unidade, íntegra e — entre bastantes aspas — coerente.

A bem da verdade, é apenas no final do século XVIII, com a divisão do Estado do Grão-Pará e Maranhão e o início das tentativas de integração desse território ao Estado do Brasil que vai começar uma tentativa de desenho de unificação do território da colônia, que até ali tendeu a ser concebida como compósita. Mesmo a declaração da independência de 1822, por exemplo, demorou ainda um ano para ser ratificada na região Norte, o que veio a sacramentar a interdependência entre as duas áreas do território, que até ali tinham passado por processos de colonização bem diferentes, a partir de estruturas demográficas nada semelhantes, que acarretaram também trajetórias singulares de integração.

O Brasil, uno e estável, é uma criação recente, e em tantos sentidos ainda precária.

Fomos “Belíndia” e ainda somos cindidos por fraturas sociais, econômicas, culturais, identitárias, étnicas e educacionais. Fomos e somos ainda vítimas de concepções de nação que tenderam historicamente a sair em sua maioria de centros urbanos localizados nas regiões litorâneas de colonização mais antiga, e a ser elaboradas por intelectuais (homens), nascidos e formados academicamente nessas mesmas regiões.

As definições, e mesmo as “problematizações”, do que é o Brasil e do que são os brasileiros podem ter ecos muito ralos quando lidas por alunos e pensadores formados na região Norte, no Centro-Oeste histórico ou mesmo na região Sul. Isso para nem falarmos, por exemplo, de um cidadão amazônida, de etnia baniwa.

Porque é preciso lembrar, também, que se aquele meio milênio de história pode parecer pouco, menos ainda há de ser o mero século e meio (pouco mais) de reflexões dos próprios brasileiros sobre sua história, seus caminhos e descaminhos, o que nos une e nos separa.

Ainda estamos aprendendo a aprender.

E, para isso, vivemos em tempos privilegiados.

As pautas identitárias, por exemplo, por mais que possam ter efeitos desagregadores e até indesejáveis no curto prazo (elas vieram literalmente para bagunçar, e não simplificar, e esse é seu maior e mais inquestionável mérito), estão obrigando a política, a literatura, a música, as cidades e, por fim, a economia brasileira a encarar a fragmentação de sua população, a realidade múltipla e irredutível de cidadãos com possibilidades diferentes de chegar aos locais públicos e se adonar dos centros urbanos, de acessar os bens culturais e alterar seus rumos, de alcançar as posições de liderança e determinação desses rumos e dessas mesmas possibilidades.

De outro lado, a ascensão do mundo caipira a rural — e depois a “agro” — representou também uma alteração nas dinâmicas econômicas e sociais, acompanhada agora de um questionamento de estigmas, tabus e limitações sociais. Hoje, e cada vez mais, o campo volta a afirmar seu peso econômico e cultural, tomando de assalto desde as listas de músicas mais ouvidas até o imaginário urbano e universitário, num panorama que era basicamente inimaginável, por exemplo, nos anos 70.

O Brasil de 2025 pode ainda estar muito longe de resolver qualquer desses problemas, de colmatar alguma dessas disparidades, mas já não pode mais fazer de conta que elas não existem, não pode deixar de enfrentar o zunido renitente das vozes que até aqui vinham sendo silenciadas na marra. E, com isso, não pode deixar de se questionar mais uma vez quando constata que ao se olhar no espelho encontra divisão, mosaico, dissonância, ruído.

Mais ainda (num registro e num universo que tangem mais diretamente o nosso tema aqui),

o sistema de cotas no ensino superior federal — e toda a onda de alterações que ele gerou na nossa sociedade — acabou por gerar consequências em série, que mudaram de modo muito profundo a agenda do pensamento social brasileiro. Muito mais do que permitir que camadas anteriormente excluídas do ensino superior pudessem chegar a ele e “melhorar de vida” (algo que certamente aconteceu também, e que, claro, tem toda sua importância, na vida de cada uma dessas pessoas e também na sociedade em que elas vivem), o sistema de cotas acabou formando uma nova geração de pensadores e comunicadores que, egressos de estratos sociais tradicionalmente menos dotados de voz pública, vieram se somar a todo um movimento cultural, político e econômico que ia se desenhando fora das universidades para criar um ambiente muito mais propício a essa rediscussão da(s) identidade(s) do nosso país, agora pautada pelos próprios indivíduos interessados no processo e em seu resultado.

Em bom português: num mundo em que há mais gente preta pensando e publicando, não é surpresa que as discussões referentes às pessoas pretas ganhem maior destaque, mais espaço; num mundo em que há mais mulheres pensando e publicando, mais pessoas LGBTQIAP+, mais PCDs.... não são somente o andamento e as conclusões das conversas que passam a ser diferentes: os próprios temas das discussões se alteram.

E já não era sem tempo.

Essas discussões, essa nova “atmosfera”, por assim dizer, não poderia deixar de afetar o estudo de um dos maiores (senão o maior e mais nítido) elemento de composição dessa mítica e traiçoeira ideia de “identidade brasileira”: o idioma que nos une e nos separa das maneiras mais variadas. E essa onda chega num momento em que pode coroar décadas de pesquisas de estudiosos e estudiosas que vinham tentando repensar a história tradicional, aceita e inquestionada, da estabilidade, da unidade e da permanência tranquila do português em nosso país.

Bons tempos, esses de agora. Hora de questionar certos mitos e de flexibilizar, sofisticar verdades retas e quadradas em aparência.

De saída é a hora de lembrarmos que apesar da atordoante sensação de monolinguismo que qualquer falante e qualquer estudioso do português do Brasil há de sempre reconhecer, vivemos num país povoado por centenas de idiomas. É bem verdade que uma parcela absolutamente majoritária da nossa população fala português e (o que é mais marcante em termos de comparações com o resto do mundo), fala *apenas* português, sem precisar recorrer a qualquer outro idioma durante uma semana típica ou mesmo uma vida típica (descontados os usos do inglês globalizado por aqueles que trabalham nos grandes centros urbanos, por exemplo). O português nos basta no nosso dia a dia, e tende de fato a ser o único idioma que dominamos.

E vale sempre lembrar o quanto essa situação é singular em termos globais, especialmente se levamos em consideração a extensão do território e os números da nossa população. Chega de fato a ser tentador definir a brasilidade como a condição de quem fala a variedade brasileira da língua portuguesa como único idioma nativo. E não poucos de nós, mesmo em sala de aula, nos deixamos levar por essa tentação.

A visibilização dos usuários e de toda a realidade da Libras, no entanto, começa a arranhar essa imagem simples — desde que também nós, como linguistas, insistamos no nosso papel de esclarecer

à população que não se trata de um novo código de transcrição daquele mesmo idioma, mas de toda uma língua independente. Além disso, cada vez mais as cidades brasileiras se veem tomadas por línguas trazidas por migrantes recentes (muitas vezes em situação de refúgio humanitário, como venezuelanos, haitianos e sírios) que chegam para com seus idiomas ampliar a variedade de línguas “estrangeiras” em uso no nosso território. Trata-se de um país, afinal, que desde meados do século XIX vem recebendo contingentes expressivos de alemães, italianos, poloneses, ucranianos, árabes, japoneses, com línguas que acabaram sobrevivendo (ou não) entre essas comunidades, de acordo com características culturais de cada grupo e, também, com a forma de ingresso dessas culturas na nossa cultura e na nossa economia.

Mas resta o fato de que o Brasil, hoje, reconhece o estatuto oficial de alguns desses idiomas “estrangeiros” em certas cidades. Línguas como o pomerantsch trazido por migrantes alemães e o talián dos italianos do vêneto são hoje patrimônio cultural e herança audível da presença desses cidadãos brasileiros que falam ainda outro idioma (via de regra como língua que se soma ao português na sua vida cotidiana). Só que essas línguas não são as únicas a contar com essa situação legal no país, e estão longe também de ser as mais numerosas das línguas que “desafiam” o português brasileiro em seu domínio da paisagem e do imaginário. O baniwa, o tukano, o yanomami e (apenas no estado do Amazonas) mais uma dúzia de idiomas indígenas, originários, são hoje reconhecidos como línguas oficiais dentro do território brasileiro^I.

Os dados mais recentes, do último censo promovido pelo IBGE, ainda não estão disponíveis no momento em que eu escrevo, mas o levantamento de 2010 apontou a existência de 274 idiomas indígenas em uso no território brasileiro. Esses dados foram encarados com ceticismo por muitos estudiosos da área (talvez tenham sido inflados, por exemplo, pela falta de uma regularização do nome de cada idioma entre seus usuários), e o ISA, Instituto Sócio-Ambiental, prefere reconhecer a existência de pouco mais de 160 dessas línguas, registrando também que ^{II} 25 têm mais de cinco mil falantes^{III}.

De um modo ou de outro, além de sabermos que entre esses cidadãos há muito mais casos de monolinguismo não português e de bilinguismo com o português em situação de língua segunda, de língua “importada”, não se pode deixar de registrar que esses outros idiomas têm, por óbvio, mais direito de ser reconhecidos como “línguas brasileiras”.

Voltamos à linha de partida?

Nós, brasileiros, somos um povo atordoantemente monolíngue, que vive numa sociedade que raramente apresenta casos concretos de diglossia, por exemplo (e, quando eles existem, existem em pontos muito determinados do território). Fato. Mas somos, coletivamente, um povo que utiliza centenas de idiomas diferentes, provindos de processos e trajetórias singulares.

Indo ainda mais longe, é fundamental lembrar que entre aqueles “idiomas indígenas” que hoje são reconhecidos como línguas oficiais do estado do Amazonas está o nheengatu, que nada mais é

I <https://leisestaduais.com.br/am/lei-ordinaria-n-6303-2023-amazonas-dispoe-sobre-o-reconhecimento-das-linguas-indigenas-faladas-no-estado-do-amazonas-como-patrimonio-cultural-imaterial-estabelece-a-cooficializacao-de-linguas-indigenas-e-institui-a-politica-estadual-de-protecao-das-linguas-indigenas-do-estado-do-amazonas> (acessado em 13 de abril de 2024).

II <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada> (acessado em 13 de abril de 2024)

III <https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas> (acessado em 13 de abril de 2024)

que a sobrevivência moderna de uma das ditas línguas gerais, fenômenos tipicamente brasileiros que dominaram a paisagem linguística da colônia durante os primeiros séculos de sua história, chegando efetivamente a representar uma “ameaça” à continuidade da presença do português na América.

E se até aqui estivemos pensando de certa maneira em questões horizontais, espaciais e contemporâneas da paisagem linguística brasileira, temos também que lembrar que essa mesma diversidade, quando estabelecida vertical, transversalmente, no eixo do tempo da vida desta colônianação, tinge ainda mais de diversidade, complexidade e instabilidade o cenário. Pois se é equivocada a imagem simplificadora de que o português chegou ao Brasil, se estabeleceu e recebeu “influências” dos idiomas indígenas e, depois, das línguas trazidas pelos africanos escravizados, isso fica imediatamente claro ao percebermos, e apontarmos, que o domínio da língua portuguesa de fato demorou muito a se estabelecer, com as línguas gerais (tanto no norte quanto no sudeste, com a língua geral paulista) representando o papel de candidatas muito fortes à posição de “língua nacional” (qualquer que fosse o conceito de nação — e sua extensão — em cada momento dado dessa janela temporal) do que o português dos reinóis, da administração distante e da tradição literária escrita.

Resuma-se, mais uma vez: o português passou ao menos os primeiros dois séculos da efetiva colonização portuguesa do Brasil (iniciada em 1532) num território onde se falavam centenas de idiomas (talvez mais de mil em 1500) e numa situação de “concorrência”, ou no mínimo de tensa coexistência com algumas versões do tupi que foram como que cooptadas pelo aparato colonial e catequético e acabaram se transformando no meio mais efetivo de comunicação em extensas áreas daquele território: precisamente aquelas em que a estrutura da “colônia” ia se definindo.

Esse cenário só começa a se alterar em no século XVII com virada do modelo de exploração da colônia, que passa a se dedicar intensa e intensivamente à lavoura da cana e à produção do açúcar, cenário que acabou acarretando uma intensificação sem precedentes do tráfico negreiro, que atingiu um volume inédito mesmo em termos globais, e acabou determinando, de maneira algo tortuosa, um novo momento da história do português em nosso país. Essa virada atinge seu ápice em meados do século XVIII, com a descoberta do ouro das Minas e a subsequente movimentação de mão-de-obra escrava que ele acarretou, e com as determinações pombalinas que buscavam coibir e mesmo proibir o uso das línguas “locais” pela população branca.

As regiões onde o cultivo da cana foi mais bem sucedido estavam precisamente entre aquelas que não viveram sob o domínio das línguas gerais do norte ou de São Paulo, tendo ficado de certa maneira mais distantes seja da estrutura de apresamento e escravização dos indígenas — os “negros da terra” — seja do convívio mais próximo determinado pela desequilíbrio democrático ainda mais intenso da região norte. Com isso, e com a centralidade que elas passaram a ter dentro do novo modelo econômico, seria dali que viria a surgir o movimento de espraiamento do português como língua única do território.

E é claro que esse português seria determinado, quantitativa e qualitativamente, pelo contingente mais importante de falantes: os negros africanos escravizados, falantes de uma grande diversidade de idiomas, por vezes mais, por vezes menos próximos entre si (as línguas bantas, por exemplo, podem chegar a ter um nível bem alto de intercompreensão), que se viram na posição incontornável de precisar aprender o idioma de seus “senhores”. Esse processo pode ter se iniciado, em muitos casos, ainda dentro

do território africano, nas “quitandas” e feitorias portuguesas, e há também de ter continuado a bordo dos navios negreiros, onde a língua da tripulação era a única que podia servir de instrumento comum de informação. Mas foi na colônia que se definiram as características de um longo processo em que gerações de escravizados, separados de suas famílias e de seus próximos, precisaram aprender a língua dos feitores até para poderem conversar uns com os outros.

E é claro que falantes adultos, na maioria das vezes não alfabetizados, que aprendem um idioma estrangeiro na situação adversa (e que eufemismo!) da sociedade escravocrata, acabam por impor a esse idioma características de “sotaque”, em termos fonéticos, morfológicos e sintáticos, derivadas da interferências dos padrões de suas línguas nativas. E é claro que esse português tinto e retinto pela influência negra vai sair desse processo alterado, diferente do que era, e vai acabar determinando toda uma nova realidade linguística para essa colônia. Como eu mesmo já disse em outro lugar, talvez devamos pensar menos na metáfora da flor do lácio, e mais na do broto de Luanda.

O Brasil é a lusofonia na América. E isso nos define e também nos une.

O Brasil é o maior país falante de português. E isso nos coloca numa posição inclusive de “responsabilidade”, que ainda estamos aprendendo a aquilatar.

Vivemos nessas e dessas definições, mas não podemos deixar de lembrar que essas informações podem e precisam ser também qualificadas diante da rica multiplicidade de idiomas que ainda usamos e, ainda mais definitivamente, diante da complexa história não-europeia da forma específica de português que desenvolvemos, e que nos caracteriza. Ignorar esses fatos sociais, demográficos e históricos nos colocaria, hoje, numa posição ainda mais constrangedora (dadas as décadas e décadas de saber acumulado e aprofundado) do que aquela em que se punha, em meados do século XX, um autor como Wilson Martins que, na conclusão de seu extenso estudo da história do meu estado (*Um Brasil diferente*), cedia muito mais a certa vontade de inequívoco aroma eugenista do que à realidade dos fatos ao afirmar: *Assim é o Paraná. [...] Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira.* (1989, p.446)

Sem negros, sem índios, sem portugueses, sem Brasil: mas com mesóclise.

Certo...

E quantas vezes não vemos descrições superficiais da presença da língua portuguesa em nosso país que, ao escamotear a presença e a influência dos idiomas indígenas e africanos no trajeto e na conformação da nossa língua, relegando-as a fornecedoras de vocábulos por empréstimo, tipicamente ligados a fatos e feitos de sua cultura (nomes que vieram com coisas que também “chegavam” ao universo lusófono), no fundo adotam um tom não muito diferente desse...?

E essas descrições de certa forma ecoam também um outro problema, algo relacionado, que ainda levanta mais barreiras à idílica noção de uma nação unificada acima de tudo por um idioma. Se todas as línguas de sociedades complexas modernas precisam (e *precisam*) conviver com a variação diastrática e com tudo que ela pode representar em termos de preconceito e exclusão, dada a assimetria de poder e de acesso nas relações entre as variedades “altas” e “baixas”, o Brasil tem que conviver com uma versão de gume muito mais afiado desse dilema, já que não é impossível se defender que vivemos uma situação de quase bilinguismo em termos históricos. Pois se o português brasileiro falado, informal, deriva de toda

essa cadeia de múltiplas influências e de alterações profundas da estrutura trazida com os colonizadores, o português escolar foi em grande medida reaproximado da norma lusitana, de modo marcado a partir de 1808, mas mesmo antes disso, com o grande fluxo de bacharéis brasileiros formados em Coimbra, que mantinham o estreito contato da elite local em formação com a elite do europeia.

E esse nosso abismo sociolinguístico acaba gerando uma versão toda nossa, e muito cruel, de todo o modelo de preconceito-exclusão-humilhação que pode advir das situações de quase diglossia diastrática. A mesóclise presente na citação de Wilson Martins pode ser vista como marca de um tempo; minha insistência em apontá-la como marca de estilo e quase de personalidade pode ser apenas maldade; mas ela no fundo sedimenta muito bem o contraste que eu acho que devemos apontar. Que quem busque acreditar na existência de um “brasil” branco e isolado do Brasil acabe empregando uma marca de estilo tão estrondosamente associado apenas à norma escolar, em tudo que ela tem de mais artificial para o nosso uso real (mas não para a praxe linguística cotidiana de Portugal, ainda hoje), não pode ser mera coincidência.

Em suma.

Somos um país que fala português. Sim. Mas não só.

E nosso português precisou sofrer para atingir essa posição, e chegou ao século XXI profundamente alterado por toda uma gama de processos sócio-históricos que nele deixaram as marcas de inúmeros idiomas diferentes, originários e africanos, em níveis muito mais profundos do que aquele a que se atribuem as influências lexicais de outros idiomas (também presentes).

Falamos português, com índio, com negro, com escravidão, com Brasil e com tudo que isso representa de complexo, de denso e tenso, de racializado, invisibilizado, ignorado e, felizmente, recuperável. Herdamos um patrimônio, mas ele não é necessariamente a *última flor do Lácio, inculta e bela*, de Bilac. Talvez tenha menos de pátria do que fratria, como diria Caetano Veloso: muito mais de sambódromo que de ludopédio.

Como cidadãos, ganhamos muito em conhecer mais a fundo a complexidade dessa situação.

Como profissionais da linguagem — professores, pesquisadores, formadores de novos professores — não temos como fugir da responsabilidade de rever, repensar, produzir mais e mais conhecimento, mais detalhado e mais aprofundado, e fazer com que ele chegue às novas gerações de pesquisadores e de alunos, a mais e mais brasileiros: aqueles, variados, coloridos, indefiníveis, que encontram sim um mecanismo de relativa inclusão e pertencimento no uso dessa língua, mas que precisam saber em que termos ela existe em sua realidade, e de que maneira se relacionar com ela. Precisam ser donos de seu patrimônio real, e não crédulos reprodutores de uma história empregada para justificar uma norma que os exclui e os desautoriza.

Não é de hoje que nós sabemos que não é de hoje que o Brasil tem problemas para se definir, para se aceitar. E também não é novidade que esse processo que nos parece longo, que essa estranha trilha da nossa obsessão por compreender uma identidade e depois fazer as pazes com o que quer que ela tenha a nos dizer ainda está meramente começando.

Bibliografia

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**. São Paulo: Parábola, 2015 (56 ed.).

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante; RIBEIRO, Ilza. (orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EdUFBA, 2009.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Camões com dendê: o português do Brasil e os falares afro-brasileiros**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2022.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2016.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

GALINDO, Caetano W; NUNES, Alceu Chiesorin Nunes. **Latim em Pó: um passeio pela história da nossa língua**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

GONÇALVES, R. T. **História concisa da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 2017.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente: ensaios sobre fenômenos de aculturação no Paraná**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989 (2 ed.).

QUADROS. Ronice Muller de. **Libras**. São Paulo: Parábola, 2019.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloína Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Recebido em: 15 de abril de 2024
Aprovado em: 04 de dezembro de 2024